



MENU



Legislação

Legislação

Educação de Jovens e Adultos

Legislação Específica:

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS

[LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005](#) – Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

[LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007](#) – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

LEI nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

[Lei nº 11.741/2008, de 16 de julho de 2008](#) – Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

[DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006](#) – Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

[DECRETO Nº 6.629, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008](#) – Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014](#)

Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

[Resolução CNE/CEB Nº 01, DE 05/07/2000](#) – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

[RESOLUÇÃO Nº 1, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2005](#) – Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação



Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005 – Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 19/05/2010 – Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.



Resolução CNE/CEB Nº 3, DE 15/06/2010 – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

PARECER CNE/CEB nº 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

PARECER CNE/CEB Nº 36/2004 – Aprecia a Indicação CNE/CEB 3/2004, que propõe a reformulação da Resolução CNE/CEB 1/2000, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

PARECER CNE/CEB Nº 2/2005 – ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

PARECER CNE/CEB Nº 20/2005 – Inclusão da Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto nº 5.478/2005, como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio.

PARECER CNE/CEB Nº 29/2005 – Apreciação de minutas-padrão de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério da Educação e as entidades do chamado “Sistema S” para a oferta de Programas do PROEJA, objeto do Decreto nº 5.478/2005.

PARECER CNE/CEB Nº 37/2006 – Aprovação de diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

Parecer CNE/CEB nº 23/2008 – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Parecer CNE/CEB nº 4/2010 Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.



Parecer CNE/CEB nº 6/2010 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 14 DE JUNHO DE 2005 – Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

PORTARIA NORMATIVA Nº 9, DE 24 DE ABRIL DE 2007 – Institui o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA.

PORTARIA Nº 2.080, DE 13 DE JUNHO DE 2005 – Estabelecer, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA.

INDICAÇÃO CEE/MS nº 60 – Dispõe sobre a oferta de Cursos de Educação de Jovens e Adultos e Exames Supletivos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 9090/2009 – Estabelece normas para Cursos de Educação de Jovens e Adultos e Exames Supletivos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

INDICAÇÃO CEE/MS nº 61 – Altera dispositivos da Deliberação CEE/MS nº 9090, de 15 de maio de 2009.

DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 9103/2009 – Dispõe sobre a alteração dos arts. 47, 49 e 58 da Deliberação CEE/MS nº 9090, de 15 de maio de 2009.

Indicação CEE/MS nº 63/2009 – Altera dispositivos da Deliberação CEE/MS nº 9090, de 15 de maio de 2009.

Deliberação CEE/MS nº 9160/2009 – Dispõe sobre a alteração dos arts. 11, 47, 49 e 58 da Deliberação CEE/MS nº 9090, de 15 de maio de 2009.



LGPD

Fala Servidor

Acessibilidade

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Rua Celso Garcia 171
Vila Nascente - Campo Grande | MS
CEP: 79036-080

MAPA 
SED
Secretaria de
Estado de
Educação



**Estado de
Mato Grosso do Sul**

SETDIG | Secretaria-Executiva de Transformação Digital